

**XV Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental**  
**Terra, Um bem comum**  
**Lisboa, 25 e 26 de Janeiro de 2008**

**Comunicação/Artigo: Consciência Social centrada na Carta da Terra.**

**Autor: Manuel Gomes**

Doutorando em Ensino da Geografia.

“A humanidade encontra-se num momento de definição histórica. Defrontamo-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem-estar. Não obstante, (...)” Agenda 21, preâmbulo.

### **Introdução**

A Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA) propôs para as suas XV Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental o tema *Terra, Um bem comum*, como forma de comemorar o Ano Internacional de Planeta Terra (AIPT 2007-2009). É neste contexto e no quadro do Grupo de Trabalho *Consciência Social e Valores* que surge a presente comunicação intitulada *Consciência Social centrada na Carta da Terra*.

A reflexão que aqui se apresenta remete-nos para uma abordagem à *Consciência Social* na perspectiva da *responsabilidades social - de quem e para com quem?* – tendo subjacente o Desenvolvimento Sustentável. Assim, propõe-se uma abordagem à *responsabilidade social* no domínio da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), 2005-2014, tendo em consideração que a Organização das Nações Unidas (ONU), envolve países com enquadramentos políticos, sociais, económicos e ambientais muito diversos. Saliente-se que a década *se baseia na visão de um mundo em que todos tenham a oportunidade de receber uma educação e aprender os valores, comportamentos e modos de vida necessários para se alcançar um futuro sustentável e uma transformação positiva da sociedade* (PAI, 2005: anexo:5)

## 1. Carta da Terra

Nesta sequência, considerou-se importante partir para a discussão tendo por base a Carta da Terra, reconhecida pela 32ª Conferência Geral da UNESCO, em 2003 como um *enquadramento ético importante para o desenvolvimento sustentável e uma ferramenta para o ensino de valores*.<sup>1</sup> Registrem-se os extractos da Carta da Terra, que se seguem, onde se pode observar que o respeito e a responsabilidade são valores fundamentais no processo de mudança para um Desenvolvimento Sustentável (DS) e consequentemente para uma sociedade global sustentável.

### I. RESPEITAR E CUIDAR A COMUNIDADE DA VIDA

1. **Respeitar** a Terra e a vida em toda a sua diversidade.

(...)

### III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÓMICA

10. Garantir que as actividades e instituições económicas, a todos os níveis, promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.

d) Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais actuem com transparência em benefício do bem comum, e responsabilizá-las, pelas consequências das suas actividades.

(...)

### IV. DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ

a) Defender o direito de todas as pessoas à informação, clara e oportuna, sobre todos os assuntos ambientais, planos de desenvolvimento e actividades que poderiam afectá-las ou naqueles em que estejam interessados.

b) Apoiar sociedades civis locais, regionais e globais, e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações na tomada de decisões.

c) Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de reunião pacífica, de associação e de oposição.

f) Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios Ambientes, e atribuir responsabilidades ambientais aos níveis governamentais, onde possam ser assumidas com maior eficiência.

(...)

### O CAMINHO EM FRENTE

Como nunca antes na história, o destino comum chama-nos para encontrar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que nos comprometer a adoptar e promover os valores e objectivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de **responsabilidade universal**. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação **a visão de um modo de vida sustentável aos níveis local, nacional, regional e global**. A nossa diversidade cultural é uma herança preciosa, e diferentes culturas encontrarão as suas próprias e distintas formas de concretizar esta visão. Devemos aprofundar e expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca iminente e conjunta pela verdade e pela sabedoria.

Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar o seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir as suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra como um instrumento internacional legalmente unificador quanto ao ambiente e ao desenvolvimento.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo **despertar** de uma nova veneração face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida.

Carta da Terra, [www.aspea.org](http://www.aspea.org)

<sup>1</sup> No âmbito de um movimento de apoio à implementação da DEDS refira-se que o Secretariado da Carta da Terra assumiu desde o início essa implementação como testemunha o facto da Carta da Terra ter adoptado a extensão DS e passar a assumir-se como Carta da Terra para o Desenvolvimento Sustentável.

## 2. Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Importa, ainda, reflectir sobre o facto da *Consciência Social*, no contexto desta comunicação, implicar uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) que tenha em conta que:

a) A **educação** é um direito humano fundamental e como tal é um elemento chave do desenvolvimento sustentável e da paz e estabilidade em cada país e entre as nações, e por conseguinte um meio indispensável para participar nos sistemas sociais e económicos do século XXI, afectados por uma rápida mundialização (Educação para Todos, 2000: 2).

b) A **educação**, para além de constituir um direito do ser humano fundamental, é igualmente um pré-requisito para se atingir o desenvolvimento sustentável e um instrumento essencial à boa governação, às tomadas de decisão informadas e à promoção da democracia (EEDS-CEE/ONU, 2006:3).

Será de referir, igualmente, que a *Consciência Social* deve ser enquadrada na Educação ao Longo da Vida e no contexto de uma Educação para Todos, bem como em outros compromissos internacionais como a Estratégia de Educação para o Desenvolvimento Sustentável da CEE/ONU que refere no seu Ponto 16 que *A implementação da EDS deverá ter em conta as seguintes áreas: melhoria da educação básica, reorientação da educação no sentido do desenvolvimento sustentável, aumento da sensibilização do público e promoção da formação.* (EEDS-CEE/ONU, 2005:9)

O êxito na inversão das tendências insustentáveis dependerá em larga medida da **educação de alta qualidade** para o desenvolvimento sustentável a todos os níveis da educação, incluindo a educação em matérias tais como a utilização sustentável de energias e dos sistemas de transportes, padrões de consumo e de produção sustentáveis, saúde, competência dos meios de comunicação social e uma **cidadania global responsável**.  
Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), Junho 2006:22

Entre os valores fundamentais que deve promover a EDS contam-se pelo menos os seguintes:

- . O respeito da dignidade e dos direitos humanos de todas as pessoas do mundo e o compromisso com a justiça social e económica para todos
- . O respeito dos direitos humanos das gerações futuras e o compromisso com a responsabilidade intergeracional
- . O respeito e o cuidado pela grande comunidade da vida em toda a sua diversidade, o que inclui a protecção e o restabelecimento dos ecossistemas da terra
- . O respeito da diversidade cultural e o compromisso de criar à escala local e mundial uma cultura de tolerância, de não-violência e de paz

Nesta sequência é importante, também, considerar o conceito de DS, como foi definido no Relatório *Brutland- O Nosso Futuro Comum*, 1987, *Desenvolvimento que satisfaça as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades*, mas, tendo em conta a premência de uma *consciência social*, que permita igualmente *satisfazer as necessidades presentes de todos sem comprometer a capacidade de alguns satisfazerem as suas próprias necessidades*.

Podemos, ainda, ter em consideração a noção de DS tendo por finalidade *melhorar a qualidade de vida humana respeitando a “capacidade de carga” dos ecossistemas que o sustentam* (Caring for Earth: a Strategy for Sustainable Living, 1991 – IUCN, PNUA, WWF, referido em PAI, 2005:anexo:14). Mas, que respeite, igualmente, as diferenças culturais das sociedades contemporâneas.

### **3. Responsabilidade Social**

Atentemos agora no significado de *Responsabilidade Social (RS)* que pode ser encarado como *um conjunto de princípios e práticas de uma instituição, que tem como objectivo respeitar o ambiente, a lei e as pessoas, cujas vidas são fortemente afectadas pelas mudanças económicas e promover uma melhor qualidade de vida para todos*. Inclui-se aqui, por exemplo a prática do comércio justo. A ética é muito importante nas práticas de RS mas isso não é sinónimo de RS.

Na perspectiva da *responsabilidade social, consciência social* implica, com certeza, o empenhamento de instituições internacionais como a UNESCO, o Secretariado Carta da Terra ou a IUCN (World Conservation Union), e de cada um dos países da comunidade global, quer em termos das suas entidades governamentais, quer não governamentais, mas, igualmente, de cada um de nós. Saliente-se o facto do movimento associativo ter um papel fundamental na tomada de consciência dos problemas da sociedade contemporânea e no incentivo à participação pública na resolução desses mesmos problemas.

Salientam-se aqui dois casos de duas ONGA que têm contribuído para a consciência social da população, em termos de Educação Ambiental e de EDS.

O primeiro caso refere-se à Liga para a Protecção da Natureza (LPN) que promoveu um conjunto de iniciativas para a consciencialização da população no âmbito da DEDS, destacando-se um debate cujo texto de apresentação refere que: O desenvolvimento sustentável visa um compromisso com as gerações vindouras, para a melhoria da qualidade de vida e o pleno desenvolvimento das pessoas. No horizonte de 2015, o papel das políticas e estratégias de educação, num quadro de qualidade ambiental e de coesão e **responsabilidade social**, deverá ser o principal vector de trabalho no seio da sociedade, enquanto área transversal do conhecimento (*Texto de apresentação do Debate - Desenvolvimento Sustentável dinamizado pela LPN no Porto, Outubro de 2005*). O segundo caso refere-se à ASPEA que no quadro das suas competências enquanto ONGA e de acordo com a sua responsabilidade social quanto à promoção da consciência social da população em matéria de EDS, elaborou, em 2005 o projecto *Carta da Terra. Instrumento de Sustentabilidade (CTIS)* destinado às escolas do ensino básico, no sentido do mesmo constituir uma plataforma de trabalho e um espaço privilegiado para a reflexão, para se preparar o mundo para a mudança que se pretende que venha a contribuir para um mundo durável.

Este Projecto apresenta duas finalidades fundamentais: a) Tornar os cidadãos conhecedores e agentes de mudança, segundo os valores defendidos no documento *Carta da Terra*, em que através da sua divulgação, subscrição e implementação, sejam promovidas actividades e iniciativas que possibilitem a participação activa de todos os indivíduos; b) Promover a coordenação de acções e iniciativas entre diferentes parceiros, que contribuam decisivamente para a implementação dos *objectivos* e das *estratégias* da Década das Nações Unidas da Educação para o desenvolvimento Sustentável.

No quadro destas finalidades o Projecto CTIS apresenta, entre outros, os seguintes objectivos: i. Transformar a escola num pólo de produção e difusão de informação sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável, (EDS), assim como num agente de intervenção e num motor de mobilização da sociedade, através dos alunos e suas famílias; ii. Identificar um conjunto de indicadores referentes aos índices de consecução do projecto que permitam avaliar os níveis de participação e os contributos das entidades para a DNUEDS; iii. Contribuir para a divulgação e implementação da estratégia da DNUEDS.

Analisem-se de seguida alguns casos soltos que servirão na comunicação como base de discussão.

RS tem sido vista como a “tinta azul” das finalidades e condutas dos negócios ou melhor das empresas.

Segundo a definição da World Business for Sustainable Development as empresas têm um importante papel, como catalizadoras, na mudança no sentido do DS, “provendo o papel de ecoeficiência, inovação e Responsabilidade social no sentido do DS” Mawhinney M. (2002) *Sustainable Development: Understanding the Green Debates*. Oxford: Blackwell p.4

RS é vista como uma “resposta criativa por parte das empresas aos problemas e desafios” Henderson, D. (2004) *The role of business in the modern world*. London: Institute of Economic Affairs p.26

Responsabilidade Social é muito mais do que uma gestão empresarial no sentido ético e compensatório do uso dos recursos dos países de acolhimento, quase sempre países em vias de desenvolvimento, o que nem sempre acontece.

As empresas mundiais devem guiar-se pelo conceito de “bom comportamento cívico empresarial a nível mundial e aplicar boas práticas nos lugares onde realizam as suas actividades através do fomento de normas de trabalho equitativas, do respeito pelos direitos humanos e da protecção do ambiente.  
In ABC de las Naciones Unidas, (2000:147), referencia ao Informe del Milenio, intitulado, *Nosotros los Pueblos: la función de las Naciones Unidas en el siglo XXI* ([www.un.org/millennium/sg/report](http://www.un.org/millennium/sg/report))

O Departamento de Ciências da Terra da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra encontra-se a organizar, no âmbito das comemorações do Ano Internacional do Planeta Terra, a Conferência Internacional subordinada ao tema “As Geociências no Desenvolvimento das Comunidades Lusófonas”, a realizar em Outubro de 2008. Pretende-se que esta Conferência constitua para além de um espaço de partilha de ideias, da análise de políticas de cooperação e desenvolvimento e de projectos de investigação científica entre os diversos países de expressão em língua portuguesa, como uma acção formativa junto da população universitária dos diversos países de língua oficial portuguesa.

## Conclusão

**Consciência social** implica necessariamente **responsabilidade social** de todos, desde as Organizações Internacionais, passando pelas empresas, pelas ONG e pelas instituições governamentais da cada um dos países da comunidade do mundo.

**Consciência social** implica, igualmente, uma educação de qualidade que promova o espírito crítico e a participação fundamentada, no contexto de uma **Educação para o Desenvolvimento Sustentável**.

**Consciência social** implica com certeza por em prática os princípios inerentes à Agenda 21 e à Carta da Terra, entre outros compromissos internacionais como a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável ou os Objectivos do Milénio, entre outros.

**Consciência social** implica indiscutivelmente o **movimento associativo** e o voluntariado exercido nas várias ONG.

**Consciência social** implica principalmente da vontade de cada um de nós.

Refira-se por fim que a Agenda 21 continua actualizada quando afirma que *O ensino, inclusive o ensino formal, a consciencialização pública e a formação devem ser reconhecidos como um processo pelo qual os seres humanos e as sociedades podem desenvolver plenamente suas potencialidades. O ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para **aumentar a capacidade** do povo para abordar questões de ambiente e de desenvolvimento. (...) O ensino é também fundamental para conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efectiva nas tomadas de decisão* (Agenda 21, Cap. 36).

## **Bibliografia - Endereços Internet**

Plano de Aplicação Internacional da DNUEDS

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001390/139023S.pdf> (versão espanhola)

EEDS-CEE/ONU (versão inglesa)

<http://www.unece.org/env/documents/2005/cep/ac.13/cep.ac.13.2005.3.rev.1.e.pdf>

Carta da Terra

<http://www.cartadelatierra.org>

<http://www.aspea.org>

<http://www.earthcharter.org/>

[http://www.earthcharter.org/files/charter/charter\\_po.pdf](http://www.earthcharter.org/files/charter/charter_po.pdf)

Blog - Carta da Terra. Instrumento de Sustentabilidade

<http://is-ct.blogspot.com>

Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa

[http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao\\_Estrategica\\_editado.pdf](http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao_Estrategica_editado.pdf)

Texto de apresentação do Debate - Desenvolvimento Sustentável dinamizado pela LPN no Porto, Outubro de 2005

<http://blogosocialportugues.blogspot.com/2005/10/debate-desenvolvimento-sustentvel.html>

Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), Junho 2006

<http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/06/st10/st10117.pt06.pdf>

IUCN

<http://www.iucn.org/en/about/>

Agenda 21, Cap. 36

<http://www.cidade.usp.br/educar2003/mod6/arquivos/16.doc>

## **Resumo Biográfico**

### **Manuel António Carvalho Gomes**

Doutorando em Ensino da Geografia no âmbito do tema Educação para o Desenvolvimento Sustentável,

Departamento de Geografia, FLUL; Mestre em Geografia Física e Ambiente; Licenciado em Geografia;

Investigador do Centro de Estudos Geográficos da FLUL;

Equiparado a bolseiro pelo Ministério da Educação (2005-...) no âmbito do Projecto de Investigação /  
Dissertação de Doutoramento *Educação para o Desenvolvimento Sustentável e os canais de comunicação com a escola. Uma abordagem no ensino formal e o exemplo da Geografia*;

Coordenador do Projecto-piloto Critérios de Qualidade para Escolas de Educação para o  
Desenvolvimento Sustentável, iniciado em Setembro de 2006, em parceria com a ABAE;

Presidente da Assembleia-geral da ASPEA e Coordenador, nesta Associação, do Projecto Carta da Terra.  
Instrumento de Sustentabilidade, iniciado no ano lectivo 2005-06;

Requisitado entre 1997 e 2005 no Ministério da Educação, tem desenvolvido a sua principal actividade  
nas áreas transversais Educação Ambiental e Educação do Consumidor;

Representou (1997-2000) o Ministério da Educação nos Grupos de Peritos da Direcção Geral Ambiente  
(DG Ambiente) e da Direcção Geral Saúde e Consumo (DG SANCO) da Comissão Europeia;

Integrou entre 1997 e 2005 as Comissões Nacionais Eco-escolas, Jovens Repórteres para o Ambiente e  
continua a integrar, actualmente, a Comissão Nacional ECO XXI.

Em 1997 idealizou o Projecto Itinerários Ambientais que coordenou entre 1998 e 2001;

Participação em cursos de formação europeia, ARION, Conselho da Europa e Comenius;

Vários textos publicados; tem ministrado e coordenado acções de formação no âmbito das temáticas,  
ambiente, consumo e saúde; tem apresentado comunicações e dinamizado Workshops, em jornadas e em  
encontros científicos.